

-----**ATA NÚMERO 12/2019**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM VINTE E UM DE MARÇO DO ANO DOIS MIL E
DEZANOVE.**-----

-----Aos vinte e um dias do mês de março do ano dois mil e dezanove, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Presidente, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes o Vice-Presidente, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia e os Vereadores: Rubina Maria Branco Leal Vargas, Jorge Miguel do Vale Fernandes, Idalina Perestrelo Luís, Joana Carolina Oliveira da Silva, Ana Cristina Monteiro dos Santos, Bruno Ferreira Martins, Elias Rodrigues Homem de Gouveia e João Pedro Mendonça Vieira. A secretariar esteve presente Celina Maria Pereira Alveno, Chefe da Unidade de Democracia Participativa e Cidadania.-----

---Presente, ainda, Thierry Proença dos Santos, que nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º, da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, substitui a Vereadora da Confiança, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes.-----

---Além dos acima referenciados estiveram igualmente presentes nesta reunião, as Adjuntas do Gabinete de Apoio à Vereação, Sandra Silva e Sandra Machado.-----

-----Verificado o quórum, o Presidente da Câmara, Paulo Cafôfo,

declarou aberta a reunião.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - Ao iniciar este período o Presidente da Câmara, Paulo Cafôfo, informou que seria necessário repensar as datas das reuniões de Câmara no mês de abril, tendo em conta a Páscoa e o 25 de abril, mas que este assunto seria abordado na próxima reunião.-----

-----De seguida deu a palavra à Vereadora Rubina Leal, do PSD, para questionar que medidas têm sido tomadas a nível da reflorestação no Parque Ecológico do Funchal.-----

----- - A Vereadora Idalina Perestrelo, da Confiança, respondeu que “o Parque Ecológico do Funchal é um espaço emblemático do nosso Município e do nosso Concelho, que merece e que tem merecido a nossa atenção. Durante esta semana, mais de 26 instituições e mais de 1000 participantes (escolas, ginásios, empresas) foram até este espaço fazer um conjunto de atividades, nomeadamente reflorestação. As pessoas que vão ao encontro do Parque Ecológico fazem-no para o conhecer, vivenciar e participar na sua reflorestação. O trabalho de conservação que se tem feito no Parque Ecológico do Funchal é constante e contínuo. A reflorestação do Parque é efetuada todos os anos, entre outubro e março. Entre abril e setembro faz-se a limpeza das invasoras e

sensibilização. Portanto, respondendo à Senhora Vereadora, a reflorestação é efetuada de outubro a março, anualmente. Desde o ano passado está a decorrer um projeto apoiado pelo PRODERAM que visa também a reflorestação, sendo a mesma realizada com espécies autóctones. Este mesmo projeto apoia ainda a limpeza das invasoras (giestas, carqueja). Toda a área do Parque Ecológico tem sido reflorestada em cerca de 800 hectares. A área apoiada pelo PRODERAM tem cerca de 400 hectares. Toda a área do Parque Ecológico é apoiada, limpa e reflorestada continuamente”.

----- - A Vereadora Rubina Leal, do PSD, insistiu: “Mas qual a área exata do Parque Ecológico que foi reflorestada e quantas árvores já foram plantadas?”

----- - Usando da palavra, o Presidente da Câmara, Paulo Cafôfo, disse que a Vereadora Idalina Perestrelo já tinha respondido a essa questão.

-----Intervindo, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, alertou para a perigosidade do Caminho da Vitória, junto à Escola das Quebradas, referindo que “nos últimos tempos, aconteceram ali 5 atropelamentos. É uma zona perigosa, sendo que a colocação apenas de uma passadeira naquele local, não resolve o problema.”

----- - O Vice-Presidente, Miguel Gouveia, respondeu: “A Senhora Vereadora está a referir-se com toda a certeza à Estrada da Vitória. Efetivamente, há cerca de mês e meio fui abordado pelo marido de uma das senhoras que ali foi atropelada, solicitando uma intervenção no local. Acontece que estamos perante uma Estrada

Regional, cuja intervenção não é da competência da Câmara Municipal. No entanto, e tendo em conta a defesa dos nossos munícipes, já solicitámos à Direção Regional de Estradas que fossem implementadas medidas de mitigação da velocidade, tendo, por sua vez, a Junta de Freguesia de São Martinho igualmente solicitado a intervenção da Direção Regional de Estradas. Também na subida do Porto do Funchal para a Via Rápida, muitos moradores solicitaram à Câmara Municipal a possibilidade de virar à esquerda. Tratando-se de uma estrada da competência do Governo, solicitámos essa possibilidade à Direção Regional de Estradas, a fim de satisfazermos os interesses dos nossos munícipes e a pretensão foi recusada.”-----

-----Usando novamente da palavra, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, asseverou: “As pessoas que vivem na zona e que me vieram reclamar desta situação garantiram-me que quem atua naquele caminho, tendo designadamente colocado as passadeiras, foram sempre funcionários da Câmara Municipal do Funchal, aliás como as restantes passadeiras no Concelho”.-----

----- - O Vice-Presidente, Miguel Gouveia, respondeu: “Trata-se de uma Estrada Regional. Mas não se trata da primeira situação que a Câmara, em prol do bem-estar dos munícipes do Funchal, tem intervindo em áreas que não são da sua competência. Até posso dar-lhe um exemplo. A promenade da Praia Formosa/Câmara de Lobos é da responsabilidade da Sociedade Metropolitana, mas quem tem feito a limpeza tem sido a Câmara. A Autarquia tem feito

a limpeza, mesmo não sendo da sua responsabilidade. Mas o Senhor Presidente da Junta já esclareceu o marido da senhora que foi atropelada, que a responsabilidade daquela estrada é do Governo Regional.”-----

-----Prosseguindo, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, disse: “Pois, se eu fosse eu já tinha solicitado a intervenção do Governo para resolver a situação, para bem dos nossos municípios.”-----

----- - O Presidente da Câmara, Paulo Cafôfo, respondeu: “Nós já pedimos.”-----

-----Continuando, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, replicou: “Então voltava a pedir.”-----

----- - Usando da palavra, a Vereadora Joana Silva, do PSD, interpelou: “Há uma nutricionista na Câmara Municipal, neste momento, a fazer um estágio. Vai abrir procedimento concursal para uma vaga de nutricionista no quadro de pessoal da Câmara Municipal? Qual o ponto de situação do concurso?”-----

----- - Em relação a esta questão, o Presidente da Câmara, Paulo Cafôfo, respondeu: “A nutricionista que está a fazer estágio na Câmara Municipal tem tido um bom desempenho. Estamos com um trabalho complexo, tendo em conta o número de concursos e de candidaturas em curso. Sim, de facto, vai abrir uma vaga no nosso quadro pessoal para nutricionista. Logo que haja disponibilidade em termos de trabalho do nosso Departamento dos Recursos Humanos, o procedimento concursal avançará.”-----

----- - Usando da palavra, o Vereador Elias Gouveia, do PSD,

solicitou o relatório dos prédios devolutos e o levantamento das necessidades de reabilitação dos prédios devolutos no Concelho.---

-----Continuando, o Vereador Elias Gouveia, do PSD, referiu: “Foram abertos concursos para 25 cantoneiros. Esse concurso foi aberto em 2017. Não sendo difícil classificar os candidatos a um concurso de cantoneiro, gostaria de saber porque ainda não houve provimento a esse concurso, obrigando a Câmara Municipal a contratar empresas para fazer o trabalho de cantoneiros, com a agravante de serem empresas que cobram a limpeza ao metro.”-----

----- - A Vereadora Idalina Perestrelo, da Confiança, respondeu: “Não contratámos empresas para fazer o trabalho dos cantoneiros.”-----

----- - Intervindo, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, questionou: “Quais são essas empresas de que está a falar o Senhor Vereador? Diga-me o nome de uma empresa? Nós não contratámos nenhuma empresa para fazer o trabalho dos cantoneiros.”-----

-----Continuando, a Vereadora Idalina Perestrelo, da Confiança, acrescentou: “A lista final dos candidatos aprovados para as vagas de cantoneiros já foi enviada para o Diário da República para efeitos de publicação. Depois serão assinados os contratos de trabalho em funções públicas.”-----

----- - Por sua vez, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, disse: “Senhores Vereadores estamos a cumprir com todas as contingências da função pública.”-----

-----Continuando na sua intervenção, a Vereadora Idalina

Perestrelo, da Confiança, afirmou: “Não podemos deixar de ter em atenção que se tratou de um concurso com mais de 600 candidatos. Um concurso que teve provas físicas. É natural que tenha demorado um pouco mais.”-----

----- - Tomando novamente a palavra, o Vereador Elias Gouveia, do PSD, disse não perceber qual a justificação do ARU no Monte.---

----- - O Presidente da Câmara, Paulo Cafôfo, respondeu que o Vereador Elias deveria perguntar à Secretária Regional do Turismo qual seria a razão, tendo acrescentado: “Tem a ver com a Quinta do Imperador. É a única forma de obter financiamento.”-----

----- - Intervindo, o Vereador Bruno Martins, da Confiança, informou: “Vamos fazer sete ARU. Começaremos com a da Corujeira que vai até a Quinta do Imperador. Mas, iremos desenvolver sete, e vamos chegar a todas as ARU. Gostávamos de fazer as sete em simultâneo, mas não será possível. De louvar que tem acontecido uma elevada taxa de legalizações.”-----

-----O Vereador Elias Gouveia, do PSD, solicitou uma lista.-----

----- - O Vereador Bruno Martins, da Confiança, declarou que: “Isso vai demorar algum tempo para apurar. Mas vou tentar elaborar a lista.”-----

----- - Fazendo a sua intervenção, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, relatou a seguinte situação, mostrando fotos: “Recebemos uma reclamação sobre a Rua da Levada de Santa Luzia, relativa ao estado dos passeios e da via. Trata-se de uma via muito usada pela população e que está em más condições.”-----

----- - Respondendo, o Vereador Bruno Martins, da Confiança, referiu: “Trata-se de uma rua que foi alcatroada recentemente. Agradecemos todos os alertas. Muito naturalmente é impossível manter todos os passeios, em simultâneo, em bom estado. Mas agradeço o alerta.”-----

----- - O Vice-Presidente, Miguel Gouveia, intervindo, disse: “Nesse caso em particular é preciso ter em atenção, se o mau estado do pavimento não será devido a uma obra que está ali a ser construída.”-----

----- - A Vereadora Rubina Leal, do PSD, asseverou: “Não, não é. Porque estas fotografias que junto dizem respeito a uma outra zona da Rua da Levada de Santa Luzia e eu conheço muito bem aquela rua.”-----

-----Continuando, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, respondeu: “Temos acordos de execução com as Juntas de Freguesia que também contemplam a reparação de passeios. Aliás, como fazem e muito bem, as Juntas de Freguesia de São Martinho e de Santo António. Vamos analisar e verificar se foi a empresa que está a fazer a obra que danificou o passeio. Se não for o caso veremos se a Junta de Freguesia, ao abrigo do acordo de execução, pode fazer a reparação.”-----

----- - Usando da palavra, o Vereador Thierry Proença dos Santos, da Confiança, declarou: “Trata-se de uma zona estreita, pelo que há muitos carros a subir para cima do passeio. Ora, acontecendo isso, é natural que surjam problemas no passeio.”-----

----- - A Vereadora Rubina Leal, do PSD, questionou: “Senhor Vereador qual é a função que deve ter a Autarquia nestas situações?-----

----- - Intervindo, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, questionou: “Aprovámos a minuta do contrato para a habitação social no Funchal. Qual o ponto de situação do financiamento e investimento?”-----

----- - O Vice-Presidente, Miguel Gouveia, respondeu que estavam a ser abertos concursos.-----

----- - Por sua vez, o Vereador Bruno Martins, da Confiança, acrescentou: “Já fui acusado de dar projetos a amigos. Bem, está mais do que claro que o que está a acontecer é que estamos a abrir concursos com toda a transparência e legalidade. Temos recebido propostas de vários gabinetes. A habitação social tem que ter a mesma qualidade que a restante habitação.”-----

----- - O Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, insistiu: “Mas o financiamento específico para a habitação social já foi discutido? Já foi discutida a minuta do contrato? Qual o ponto da situação?”-----

----- - O Vice-Presidente, Miguel Gouveia, interpelou: “Mas qual a obra em concreto que o Senhor Vereador se está a referir?”-----

-----O Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, respondeu: “A situação da Quinta Falcão.”-----

----- - O Vice-Presidente, Miguel Gouveia, referiu: “A Vereadora Madalena Nunes poderá explicar qual o ponto da situação.”-----

-----Insistindo, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, disse:

“Mas qual a situação financeira?”-----
----- - O Vice-Presidente, Miguel Gouveia, respondeu: “Você sabe qual a situação financeira. Não quer que eu faça por si o seu trabalho. Você esteve aqui nas reuniões de Câmara por isso sabe o que está em previsão e o que não está.”-----
----- - Intervindo, o Presidente da Câmara, Paulo Cafôfo, concluiu: “Já foi respondido.”-----
----- - Usando da palavra, o Vereador Elias Gouveia, do PSD, alertou para a situação dos esgotos da casa número vinte e dois (22) da Quinta Falcão, tendo o Presidente da Câmara, Paulo Cafôfo, referido que a situação seria analisada.-----
-----Prosseguindo, o Vereador Elias Gouveia, do PSD, fez o seguinte alerta: “Tem vindo a agravar-se o barulho de bares na Zona Velha. Há dias foi a batucada de uma escola de samba e há bares com *disc jockeys* na rua. Temos muitas pessoas, já com uma certa idade, a reclamar porque não conseguem descansar. Acho que a Câmara Municipal, com alguma pedagogia, devia chamar a atenção dos comerciantes para o facto de eles não estarem sozinhos. Muitas pessoas continuam a sofrer e cada vez tem vindo a agravar-se toda esta situação do ruído, em zonas que são ao mesmo tempo residenciais e de restauração.”-----
----- - Relativamente a este assunto, o Presidente da Câmara, Paulo Cafôfo, respondeu: “A Polícia Municipal teria uma excelente intervenção pedagógica na Zona Velha, no que diz respeito ao ruído.”-----

----- - Tomando a palavra, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, respondeu: “Os nossos fiscais também podem fazer isso porque têm as mesmas competências para atuar.”-----

----- - O Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, retorquiu: “As competências da Polícia Municipal não são as mesmas competências dos fiscais municipais. Vá estudar Senhora Vereadora.”-----

-----Respondendo, a Vereadora Rubina Leal, disse: “Eu sei muito bem quais são as funções da Fiscalização Municipal, da Polícia Municipal e da Polícia de Segurança Pública e a Lei do Ruído define muito bem de quem são estas competências”.-----

-----Continuando, o Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, declarou: “Ontem assinalaram-se 18 meses de mandato e amanhã estaremos a 6 meses do dia das eleições regionais. E hoje, na vivência de todos os munícipes do Funchal, sabe-se que o PSD utilizou, utiliza e utilizará todos os expedientes para perturbar o trabalho desta Autarquia, nomeadamente o trabalho do Senhor Presidente, dos Vereadores, dos dirigentes e funcionários desta Câmara. Já tínhamos tido no período pré-eleitoral, aquando da tragédia do Monte, um exemplo da forma de aproveitamento inqualificável do PSD de um momento trágico para atingir o trabalho desta Câmara Municipal. Antes disso, tivemos a forma como o Governo Regional tem tratado esta Autarquia e os seus munícipes: nem contratos-programa, nem devolução de IRS para os funchalenses, nem nada para a Câmara Municipal do Funchal.

Para o Governo Regional os funchalenses são madeirenses de segunda. Depois, claramente derrotados nas eleições autárquicas, o PSD usou a Assembleia Municipal de forma a usurpar as competências da Câmara e da própria Assembleia Municipal. Confundem o poder local com a dinâmica do poder regional, em que a Assembleia Regional tem um papel diferente da Assembleia Municipal. Agora o PSD coloca a Assembleia Regional, que utiliza como instrumento de ataque político ao Continente, a atacar as questões de âmbito municipal: primeiro com comissões de inquérito, depois com votos de protesto e agora com resoluções. Ao fim deste tempo de mandato, o que tem então o PSD para apresentar aos funchalenses, já que andam a boicotar, ofender, desacreditar e condicionar o trabalho da Câmara Municipal? Ora, eu dei-me ao trabalho de ir consultar as atas destas Reuniões e o que o PSD tem para apresentar aos funchalenses é absolutamente nada. Mas o PSD vai mais longe, e naquela que vai sendo a sua intervenção política aqui na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal, na Assembleia Legislativa Regional, no Governo Regional e na imprensa, ofende, desacreditar e condiciona o trabalho desta Autarquia. Aproveito para recordar as declarações de 21 de fevereiro da Senhora Vereadora Rubina Leal: «existem algumas manifestações e nós percebemos que os próprios funcionários desta “casa” têm algum medo em falar connosco e não se aproximam, possivelmente por questões partidárias e nós sentimos isso, mas têm que nos entender e aceitar como

Vereadores porque somos, e fomos eleitos». Vocês estão a colocar em causa o trabalho dos nossos funcionários, dos nossos dirigentes, inclusive alguns que são militantes, simpatizantes e eleitores do PSD, que estão nesta casa há muitos anos em nome do serviço público que prestam aos nossos munícipes e às pessoas que nos visitam. Está na hora de alguém, em nome deste Executivo, defender não o nosso trabalho, mas o trabalho dos nossos dirigentes e funcionários que têm sido depreciados pelo PSD e que merecem a nossa defesa. Porque o PSD trata tudo da mesma maneira, desde os buracos da estrada à vida das pessoas - e, na dúvida, o PSD é contra. O PSD é contra o Orçamento Municipal, é contra a menor taxa de imposto desta Autarquia, é contra o PDM, que já permitiu mais de seis dezenas de legalizações de casas, é contra o PAMUS, com uma invenção de que os carros anteriores a 2000 não iam circular mais no centro da cidade, é também contra a regulamentação do sector dos táxis, que só na sua cabeça levaria à diminuição do contingente, é contra o IMI agravado para os prédios devolutos, mesmo que isso coloque em causa a segurança da cidade como vimos muito recentemente, é contra a Taxa Turística, é contra a Derrama, é contra tudo. O PSD é contra a Polícia Municipal, ao mesmo tempo que vem dizer que a Câmara Municipal tem que ser mais diligente na luta contra o ruído. É contra a Polícia Municipal, mas não explicam a ninguém como é que querem uma cidade mais organizada, desde os problemas de ruído às esplanadas. O PSD é contra a

regulamentação das hortas urbanas, é contra a regulamentação da habitação social, contra a obra na Rua Fernão de Ornelas, contra a obra na Rua Bom Jesus. O PSD é contra tudo. Depois, o PSD não gosta. O PSD não gosta do Fica na Cidade, do novo Chefe de Divisão da Fiscalização Municipal, do Orçamento Participativo Funchal, mas depois avança com um Orçamento Participativo Regional, no Governo Regional. São só incongruências. E quando o PSD não é contra, tem dúvidas. Tinha dúvidas na mobilidade dos bombeiros, tinha dúvidas sobre os 30 novos bombeiros, sobre as 4 novas viaturas dos bombeiros, sobre as Lojas com História. Tem dúvidas sobre a SocioHabitaFunchal, sobre a FrenteMar Funchal, sobre as bolsas de estudo, sobre os manuais escolares, sobre as viagens, as presenças e as ausências do Senhor Presidente. O PSD também vê coisas. Vê trânsito em todo o lado, vê hidrantes que não funcionam, que afinal já foram avaliados. Reclama do fim do Gabinete Técnico das Zonas Altas e afinal foram Vossas Excelências que o extinguiram. Vieram criticar o encerramento e relançamento do Gabinete de Apoio ao Consumidor, quando afinal foram Vossas Excelências que o desativaram. Fizeram uma lista de habitações cuja requalificação após os incêndios estaria dependente de nós e afinal quem não estava a cumprir era a IHM. E o PSD faz uma coisa ainda pior: o PSD levanta sistematicamente suspeitas. Já levantou suspeitas sobre o concurso para um dirigente. Já levantou dúvidas sobre os serviços de vigilância porque aparentemente não detetaram alegados atos

de vandalismos perpetrados alegadamente por funcionários desta casa. O PSD vai para a imprensa acusar-nos de entregarmos projetos a amigos. O PSD diz que as atas são feitas de acordo com o critério do nosso Executivo. Abordam os nossos dirigentes deixando-os consternados. Levantam questões até sobre a entrega de correspondência. Acusam-nos de mandar os nossos recursos humanos para outros serviços contra a sua vontade. No fundo, o que tentam é bloquear e desacreditar toda a ação deste Executivo. É este o PSD que temos na Câmara Municipal do Funchal. Um PSD que não apresentou nenhuma ideia estruturante para a cidade. No caso dos Mercados, o PSD foi ainda mais longe. Há exatamente um ano foi aqui recordado um estudo sobre os problemas do Mercado da Penteada. Eu trouxe umas fotografias, que trago outra vez à Senhora Vereadora Rubina Leal, que também é deputada na Assembleia Legislativa Regional, do Mercado da Penteada em 2013. Quem fez a avaliação é mais próximo do PSD do que se calhar estão à espera. Pensei, nessa altura, que tínhamos ultrapassado esta questão. A Senhora Vereadora esqueceu-se de como deixou os Mercados da Penteada e dos Lavradores, quando era a Vereadora com o pelouro dos mercados. Em 2009 foi feito um estudo sobre os Mercados dos Lavradores e da Penteada, um estudo referente à altura em que o PSD era poder na Câmara Municipal. Foram identificados os seguintes aspetos negativos no Mercado dos Lavradores: quiosques pouco funcionais, falta de espaço para armazenar caixas, iluminação

irregular e desadequada, proliferação de produtos não regionais, zonas de circulação ocupadas, proximidade entre resíduos e produtos, exposição descuidada dos produtos, dimensões reduzidas do depósito dos resíduos, pisos degradados, alvenarias degradadas, problemas ao nível da iluminação, som e ventilação, problemas no sistema de videovigilância, sinalética desadequada, mobiliário degradado, mistura na oferta dos produtos, instalações sanitárias desadequadas, permanência de pessoas em situação sem-abrigo no Mercado e falta de manutenção e limpeza. No Mercado da Penteada, foram identificados os seguintes problemas: desordenamento, parque de estacionamento desorganizado, uso indevido do estacionamento, espaços fechados, iluminação desadequada, exposição dos produtos descuidada, zonas de circulação ocupadas, falta de espaço para armazenar caixas, imagem descuidada, barreiras físicas, zona de resíduos muito expostos e mobiliário urbano degradado. Senhora Vereadora isto é o diagnóstico de 30 anos de governação do PSD. No caso do Mercado dos Lavradores, temos fotos das fachadas do Mercado em 2010, das floristas que a Senhora Vereadora há um ano dizia que mereciam melhores condições, da praça do peixe que estava com um aspeto decadente no seu tempo. Mas a Senhora Vereadora, enquanto dirigente do PSD, publicou, há tempos, uma foto que fazia um “challenge” dos 6 anos, entre o Mercado há 6 anos atrás e agora. Senhora Vereadora, essa fotografia tem 20 anos. Nós já sabemos que Senhora Vereadora só se lembra do que lhe interessa.

Não se lembra que as marroquinarias foram levadas para dentro do Mercado dos Lavradores pela Senhora Vereadora. Não se lembra que quando chegámos a esta Câmara fomos confrontados com situações em que os feirantes não pagavam rendas porque a Senhora Vereadora decidiu que os contratos estavam denunciados e por isso não recebia rendas, como o caso do Mercado da Penteada, que foi presente à reunião de Câmara na semana passada. E, como se isso não bastasse, ainda temos a questão da Cooperativa que ali está também sem contrato e sem pagar qualquer renda. E agora vem a Senhora Vereadora, na qualidade de deputada na Assembleia Legislativa, votar a favor de um voto de protesto contra a presença de marroquinarias dentro do Mercado dos Lavradores, quando foi a Sra. Vereadora que as pôs lá dentro? Contra as “rendas milionárias”, que são definidas pelos próprios comerciantes? Contra os “preços exorbitantes”, que também são definidos pelos comerciantes? E agora ainda vem falar de defesa do património? Fiquei atordoado. Quem vem falar de defesa do património, estando desde 2013 a destruir muralhas e pontes sem qualquer pensamento sobre o património desta cidade? Querem defesa do património? Defesa do património foi o que fizemos no Caminho do Padre Eugénio Borgonovo, o que fizemos no Cais do Carvão, o que fizemos ao classificar as pontes e as muralhas desta cidade. Isso sim é defesa do património. E relativamente aos Mercados, o que fez este Executivo? Investimos mais de 150.000 euros no Mercado da Penteada, em obras de requalificação e

revitalização, que incluíram o Mercado, o estacionamento e o parque infantil. Resolvemos problemas que vinham de 2010 e em breve vamos lançar concurso para os únicos três espaços sem adjudicação neste momento. No Mercado dos Lavradores reparámos as fachadas exteriores, reparámos e pintámos as paredes e os beirais, colocámos novas janelas e vidros, nova iluminação, investimos em novas bancas para as floristas, investimos numa rede de frio para todo o Mercado, em máquinas de produção de gelo para a Praça do Peixe, reforçámos o combate às pragas e a limpeza, dinamizámos eventos e feiras temáticas e premiámos a qualidade dos comerciantes. No total, investimos mais de 320.000 euros no Mercado dos Lavradores. Estamos e vamos fazer mais. Para além de estarmos a rever os regulamentos e processos de contratação pública, candidatámo-nos a um financiamento de 300 mil euros para renovação da rede de esgotos e saneamento básico, renovação da rede elétrica, conversação do interior do edifício, incluindo escadarias, varandins e pisos, aquisição de equipamentos de apoio para limpeza e manutenção e criação de um posto de informação turística numa zona atualmente sem ocupação e sem substituição de lojas ou stands. Vamos criar um núcleo museológico que vai permitir preservar os poços em cantaria, únicos na região, e, tendo em conta o seu valor patrimonial, conservá-los no seu estado original. Assim, vamos tornar essa zona visitável a toda a população e turistas, o que atualmente não acontece. O núcleo será um tributo ao pescado,

aos vendedores de peixe, aos pescadores da Região e à história do Mercado. Isto para vocês é destruir património? Vamos fazer um tributo aos comerciantes e pescadores. Vamos criar melhores condições de trabalho para os vendedores de peixe, já que cada comerciante poderá limpar o peixe no seu próprio local de trabalho, ou numa nova zona técnica comum. E nas bancas livres do mercado, que já se encontravam livres quando o projeto foi pensado e que os comerciantes aceitaram reorganizar, poderão ser utilizadas pela Câmara, pelos próprios comerciantes e por outras entidades para, por exemplo, demonstração de preparação do peixe, organização de workshops, entre muitos outros eventos. Nenhum dos comerciantes ficou sem banca de trabalho e não há um único espaço de restauração previsto para a área da praça do peixe. E sobre este projeto o que é que sabemos? Que o PSD é contra e que está disponível para continuar a instrumentalizar a Assembleia Legislativa Regional para se opor à Câmara Municipal do Funchal, mesmo que para isso parta para essa classificação, à qual nunca nos oporemos, mas que não acrescenta absolutamente nada à preservação do Mercado dos Lavradores. O mesmo PSD que através do Vereador Jorge Vale Fernandes, em reunião de Câmara de 2 de novembro de 2017, exigia “promoção e requalificação” do Mercado dos Lavradores. Quando se vê notícias como a que saiu ontem no DN, a única coisa que se quer fazer não é proteger o património; o que se pretende é desestabilizar. Honra seja feita ao Dr. Alberto João Jardim que defendeu o Mercado dos Lavradores

através de uma resolução de 1993. O PSD não quer defender o património, o que o PSD pretende é limitar as competências da Câmara. Já foi feito pelo Dr. Alberto João contra o Dr. Miguel Albuquerque quando este era Presidente da Câmara e agora é o Governo Regional e a Assembleia Legislativa que está contra a Câmara Municipal do Funchal. A Câmara Municipal do Funchal não está sem liderança. Passado este tempo todo, o PSD não percebeu nada do que se passa lá fora nem aqui dentro. Vamos continuar a fazer mais e melhor. Vamos continuar a proteger os nossos funcionários, dirigentes e munícipes. Este projeto não é do Presidente Paulo Cafôfo, do Vice-Presidente, Miguel Gouveia, ou do Vereador João Pedro Vieira. Este projeto é um projeto da Câmara, que deu muito trabalho a pessoas como a Dra. Raquel Brazão, a Dra. Carla Freitas, a Dra. Marta Macedo e a Dra. Sara Florença, e que eu irei até à Assembleia, se for necessário, para defender o seu trabalho, em nome do serviço público, dos funchalenses, do Funchal e da Região.”-----

----- - O Presidente da Câmara, Paulo Cafôfo, declarou: “Subscrevo a intervenção do Senhor Vereador João Pedro Vieira. Para que não restem dúvidas, há interesse num projeto de qualificação do Mercado dos Lavradores como de interesse público. Nós somos a favor de toda e qualquer qualificação, desde que seja para preservar o Mercado dos Lavradores, seja qual for a tipologia proposta. Nós seremos os principais interessados que isso aconteça. O nosso interesse é a preservação da identidade. Mas,

não posso deixar de acrescentar, que os vendedores da Praça do Peixe têm vindo a queixar-se efetivamente. Mas não é da intervenção ou atuação da Câmara Municipal, mas sim da forma como é gerida a lota do peixe que é da responsabilidade do Governo Regional. A nossa vontade e o projeto do Turismo Portugal, é dotar o Mercado dos Lavradores de melhores condições, mas preservando sempre a identidade. Identidade essa que muito nos honra. Muito obrigado Senhor Vereador João Pedro, pelos seus esclarecimentos e pelo avivar de memória que trouxe a esta reunião.”-----

----- - Usando da palavra, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, asseverou: “Não vou falar sobre o que se passa na Assembleia Legislativa. Vou começar por defender a minha honra, porque o Senhor Vereador João Pedro Vieira fez-me ataques pessoais. Se houve estudos feitos sobre os mercados municipais, enquanto eu era a Vereadora com o pelouro dos mercados, foi porque tínhamos a consciência que havia necessidade de estudar para intervir, de avaliar o ponto de situação dos mercados. Entre 2005 e 2011 foi efetuada uma intervenção a vários níveis nos mercados municipais ao nível: de equipamentos, elevadores, painéis solares, arranjos das câmaras frigoríficas, criação de balneários para funcionários, coberturas, etc., nos dois mercados municipais. Por isso, quando Vossas Excelências tomaram posse, os mercados não estavam no estado lastimável que querem passar a imagem. Na altura, entre 2005 e 2011, fizemos um investimento de mais de 900 mil euros só

no Mercado dos Lavradores. Investimentos que deram origem a intervenções muito visíveis, como é o caso dos painéis solares que tornaram o edifício sustentável. Se houve intervenção feita no Mercado dos Lavradores, melhorias e adaptações às novas regras de ambiente, foi com a vereação do PSD. Foram aliás, as vereações do PSD que trouxeram feiras, workshops e as primeiras passagens de modelos para dentro do Mercado dos Lavradores. Tudo fizemos de forma a tornar o espaço mais aprazível. Houve uma intervenção muito grande. Quanto aos feirantes e se o Senhor Vereador prefere deixar feirantes à chuva e ao sol, eu não podia deixar isso acontecer. E por isso é que eu trouxe esses feirantes para dentro do Mercado. Foram para dentro do Mercado e pagaram as suas rendas. Além do mais, as minhas atitudes e decisões foram sempre tomadas de acordo com os pareceres dos serviços técnicos desta Autarquia e nas reuniões de Câmara. Reforço que o grande investimento feito no Mercado dos Lavradores foi entre 2005 e 2011. A situação da Cooperativa é um assunto já antigo e que tinha o propósito de ajudar e apoiar os produtores agrícolas. Por isso, não venha agora com acusações que não correspondem à verdade e constantemente a induzir que estamos contra os técnicos e dirigentes desta Câmara. Nós aqui estamos no exercício do nosso direito de oposição. O que o Senhor Presidente permitiu foi usar o seu Secretário-Geral do partido para atacar os Vereadores do PSD, o Governo e a Assembleia. Foram várias as propostas e projetos que fizemos e não foram acolhidos por este

Executivo. O nosso trabalho de oposição não é de sermos «contra tudo ou termos dúvidas de tudo». Temos a liberdade de não concordar e de termos dúvidas. Temos um programa para esta cidade do Funchal e que apresentamos aquando da campanha. Fazemos um trabalho sério, apresentando as recomendações que consideramos que são as melhores para a cidade. Ninguém está aqui com uma atitude negativa e contra tudo. Temos sim uma atitude proactiva.”-----

----- - O Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, acrescentou: “Oh Senhora Vereadora, então na qualidade de deputada aprovou um voto contra a presença de marroquinarias dentro do Mercado dos Lavradores, quando foi a Senhora Vereadora, quando tinha o pelouro dos Mercados, quem autorizou a presença dessas mesmas marroquinarias dentro do mesmo.”-----

----- - A Vereadora Rubina Leal, do PSD, questionou: “O voto de protesto não era só sobre essa matéria. O Senhor Vereador João Pedro tem esse voto de protesto aí consigo?”-----

----- - Respondendo, o Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, disse: “Tenho sim e posso mostrá-lo.”-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 – OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURAS:-----

----- - **Empreitada de “Reabilitação da ETAR do Funchal e Obras Acessórias – 1ª Fase, Lote 2 – EEAR dos Socorridos e**

Sistema de Drenagem e EEAR do Areeiro e da Praia Formosa”

- Plano de Segurança e Saúde da Obra: - Conforme proposto na informação do Departamento de Infraestruturas e Equipamentos (ref^a 43/JP/DIE/2019), a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o plano de segurança e saúde da obra, referente à empreitada de “Reabilitação da ETAR do Funchal e Obras Acessórias – 1^a Fase, Lote 2 – EEAR dos Socorridos e Sistema de Drenagem e EEAR do Areeiro e da Praia Formosa”.-----

----- - **Empreitada de “Reabilitação da ETAR do Funchal e Obras Acessórias – 1^o Fase - Lote 1: ETAR do Funchal e Emissário Submarino” – Plano de Segurança e Saúde da Obra:** -

Em presença da informação do Departamento de Infraestruturas e Equipamentos (ref^a 42/JP/DIE/2019), a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o plano de segurança e saúde da obra, referente à empreitada de “Reabilitação da ETAR do Funchal e Obras Acessórias – 1^o Fase - Lote 1: ETAR do Funchal e Emissário Submarino”.-----

----- - **Expropriação por utilidade pública das parcelas de terreno, necessárias à execução da obra pública denominada “Recuperação e Ampliação da ETAR do Funchal (2^a fase), na freguesia de Santa Maria Maior, concelho do Funchal”:** - Foi aprovada, por maioria, com abstenção do PSD, a deliberação do seguinte teor:-----

---“Considerando que: A Câmara Municipal do Funchal pretende executar a obra pública de “Recuperação e Ampliação da ETAR do

Funchal (2.ª fase) – Tratamento Primário no Lazareto”, na freguesia de Santa Maria Maior, concelho do Funchal; A imperatividade da execução desta obra decorre das disposições preconizadas na Diretiva Comunitária relativa às Águas Residuais Urbanas – Diretiva 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de maio -, que prevê a existência de tratamento primário de águas residuais; O tratamento das águas residuais implementado na ETAR do Funchal, a funcionar desde o ano de 1995, consiste num tratamento preliminar, constituído por gradagem, desarenação e tamisagem, encontra-se desadequado ao disposto na Diretiva Comunitária e correspondente legislação nacional em vigor; A operação de recuperação e ampliação da ETAR do Funchal-2.ª fase, tem como objetivo a reabilitação e a modernização da atual ETAR do Funchal, procedendo-se à edificação das infraestruturas necessárias à implementação do tratamento primário na zona do Lazareto, com decantação primária (fase líquida) e espessamento, desidratação e estabilização de lamas (fase sólida), no Vale do Lazareto; Face ao estudo de Impacte Ambiental realizado, a recuperação e ampliação da ETAR do Funchal irá contribuir significativamente para a melhoria do nível de recolha e tratamento das águas residuais produzidas no concelho do Funchal, com efeitos positivos no bem-estar e na saúde da população, bem como na proteção da natureza e da biodiversidade marinha e costeira existentes; O Município do Funchal, para levar avante este projeto, irá ser cofinanciado pelo Programa de Apoio Comunitário

denominado PO SEUR – Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos; A Câmara Municipal do Funchal, na sua reunião datada de 24 de janeiro do ano em curso, deliberou, por unanimidade, reconhecer que a instalação do tratamento primário associado à ampliação da ETAR do Funchal (2.ª fase) no Vale do Lazareto como uma instalação com interesse público e relevante, e que nos termos do n.º 3 do artigo 2.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal do Funchal esta instalação não traz prejuízos inadmissíveis para o ordenamento e desenvolvimento locais, nem para a conservação da natureza; Para a execução desta obra torna-se necessário a aquisição, com a maior urgência, das parcelas de terreno, e suas benfeitorias, assinaladas nas plantas parcelares/cadastrais em anexo, pois só assim se poderá dar início às obras e cumprir com o Plano de Trabalhos, prevendo-se que as mesmas sejam concluídas no prazo de 12 meses após o seu início; Considerando ainda que o encargo a suportar com a aquisição destas parcelas de terreno, no montante global de € 34.370,00 (trinta e quatro mil, trezentos e setenta euros), se encontra previsto na Dotação Orçamental: Classificação Orgânica 02, Classificação Económica 070101, conforme documento em anexo; A Câmara Municipal do Funchal delibera, nos termos e ao abrigo do disposto no art.º 10.º da Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, requerer ao Governo Regional da Madeira, no âmbito da competência atribuída pelo artigo 90.º, n.º 1, da citada Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, nos

termos e ao abrigo dos artigos 12.º e 15.º, do mesmo diploma legal, a declaração de utilidade pública, com carácter de urgência da expropriação, e autorização de posse administrativa, das parcelas de terreno e de todos os direitos a elas inerentes e/ou relativos (servidões e serventias, colonias, arrendamentos, acessões, regalias, águas, pertences e acessórios, prejuízos emergentes da cessação de atividades e todos e quaisquer outros sem reserva alguma), abaixo identificadas e demarcadas nas plantas parcelares/cadastrais em anexo, por as mesmas serem indispensáveis à execução da obra pública anteriormente referida: Parcela de terreno, e suas benfeitorias, com a área de 1.254m², assinalada na planta parcelar/cadastral do projeto da obra, que confronta a Norte com o proprietário, Sul com o proprietário e a Região Autónoma da Madeira, Leste com o proprietário e Oeste com Manuel de Freitas França, a destacar da parcela 1/26 do prédio rústico localizado na Igreja, Pedra Mole ou Louros, freguesia de Santa Maria Maior, inscrito na matriz rústica sob o artigo 26, da Secção Y, e descrito na Conservatória do Registo Predial do Funchal sob o número 1938/19980916, a favor de Atlantitraçado – Construção Civil, Lda., sob o qual subsiste uma hipoteca voluntária a favor do Banco Santander Totta, S.A., pela AP. 3207, de 28 de julho do ano de 2015; Parcela de terreno, e suas benfeitorias, com a área de 599 m², assinalada na planta parcelar/cadastral do projeto da obra, que confronta a Norte com o proprietário, Sul e Leste com a Ribeira do Lazareto e Oeste com o

proprietário, a destacar da parcela 5/26 do prédio rústico localizado na Igreja, Pedra Mole ou Louros, freguesia de Santa Maria Maior, inscrito na matriz rústica sob o artigo 26, da Secção Y, e descrito na Conservatória do Registo Predial do Funchal sob o número 1938/19980916, a favor de Atlantitragado – Construção Civil, Lda., sob o qual subsiste uma hipoteca voluntária a favor do Banco Santander Totta, S.A., pela AP. 3207, de 28 de julho do ano de 2015, e Parcela de terreno, e suas benfeitorias, com a área de 682m2, assinalada na planta parcelar/cadastral do projeto da obra, que confronta a Norte, Sul, Leste e Oeste com o proprietário, a destacar da parcela 4/26 do prédio rústico localizado na Igreja, Pedra Mole ou Louros, freguesia de Santa Maria Maior, inscrito na matriz rústica sob o artigo 26, da Secção Y, e descrito na Conservatória do Registo Predial do Funchal sob o número 1938/19980916, a favor de Atlantitragado – Construção Civil, Lda., sob o qual subsiste uma hipoteca voluntária a favor do Banco Santander Totta, S.A., pela AP. 3207, de 28 de julho do ano de 2015”.-----

--- - Intervindo, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, perguntou: “Qual a zona que se refere que foi pedida ao Governo Regional?”----

--- - Respondendo a esta questão, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, disse: “A zona do campo de jogos.”-----

--- - O Presidente da Câmara, Paulo Cafôfo, acrescentou: “Estes são os terrenos do Lazareto.”-----

--- - Continuando, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, questionou

porque não se optou pela requalificação da ETAR existente.-----

--- - O Vice-Presidente, Miguel Gouveia, respondeu: “Nós vamos requalificar a ETAR. Foi aprovado no primeiro ponto. Vamos recuperar o que existe. Estudámos duas situações: o campo do Liceu e o Lazareto. Não foi possível entrar no campo do Liceu. O sítio mais lógico para o tratamento primário era por debaixo daquele campo. Infelizmente não conseguimos encontrar as soluções políticas para fazer sequear as sondagens do terreno. Para além do mais, a ainda Secretária do Ambiente, sugeriu o Lazareto. No *site* da Câmara está todo o processo.”-----

--- - A Vereadora Rubina Leal, do PSD, lembrou que já tinham pedido para consultar o estudo.-----

--- - O Vice-Presidente, Miguel Gouveia, respondeu: “O estudo já veio à reunião de Câmara. Além do mais, está no *site* da Câmara e foi tornado público. Esta solução é uma solução, que no nosso entender, não é a ideal mas é a possível, tendo em conta a posição da Secretaria do Ambiente.”-----

--- - Intervindo, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, retorquiu: “Isso não é verdade. Em 2016 o Senhor Vice-Presidente fala noutras soluções e *a posteriori* a Secretaria do Ambiente veio dizer que se fosse no Lazareto, a mesma iria financiar.”-----

--- - O Vice-Presidente, Miguel Gouveia, replicou: “Não gosto de usar *slogans* alheios, mas, vou usar nesta situação, o *slogan* do CDS «o que importa é fazer». Vocês estiveram 20 anos sem fazer nada. Construíram uma ETAR em 1993 que não cumpria com a

diretiva comunitária, e, agora, depois de ser feito um projeto, de haver dois estudos de impacto ambiental, só nos levantam problemas. Câmara de Lobos não teve estudo de impacto ambiental, nem teve problemas com a localização. Só a nossa ETAR tem tido problemas. O Governo o que nos disse basicamente foi «podem fazer aonde quiserem. Mas só pagamos se for no Lazareto».

--- - Tomando a palavra, a Vereadora Ana Cristina Santos, do CDS/PP, questionou: “E os riscos, na zona do talude, estão acautelados?”

--- - Sobre esta questão, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, respondeu: “Está prevista a consolidação do talude.”

----- - **Empreitada de Construção da “Ligação da ER 109 (Cota 500) ao Caminho da Ribeira Grande” - Emissão de parecer:**

- Acompanhada do respetivo processo, foi presente e unanimemente aprovada, a deliberação, subscrita pelo Vereador Bruno Martins, da Confiança, que se transcreve:

---“Considerando que: a) A Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais (SRARN) veio solicitar parecer a este Município no que concerne à empreitada em epígrafe identificada; b) A infraestrutura viária a executar afigura-se como benéfica para o desenvolvimento local, tendo em conta o interesse público e estratégico preconizado no artigo 2.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal (DM), em conjugação com o disposto no artigo 58.º do mesmo diploma; c) A obra em referência não tem

repercussão no Orçamento Municipal; d) No que concerne à conservação da natureza e à biodiversidade, em termos gerais, não se identifica elementos relevantes na zona de intervenção, porquanto e de acordo com o parecer do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, a mesma não se encontra inserida em Área Protegida ou Sítio da Rede Natura. Face a tudo o que antecede, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea z) do n.º 1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, normativo que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico e do artigo 2.º, do Regulamento do PDM, emitir parecer favorável à obra de construção da infraestrutura viária designada de Ligação da ER 109 (Cota 500) ao Caminho da Ribeira Grande. O disposto no parágrafo anterior não preclui a obrigação da SRARN, em tempo útil, remeter a esta autarquia o cronograma das obras com as respetivas interrupções e condicionamentos rodoviários, bem como a entrada e saída das equipas em obra, nem o cumprimento de todos os pareceres emitidos pelas unidades orgânicas municipais e oportunamente comunicados ao dono da obra”.

--- - Em relação a este processo, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, esclareceu: “7 milhões de euros de dívida oculta fizeram com que esta obra parasse. Com a mudança de Secretário Regional, do Dr. Sérgio Marques para o Dr. Pedro Calado, conseguiu-se desbloquear financiamento para as obras. Estamos aqui a dar um parecer

positivo, sendo que submetemos um pedido de contrato-programa para beneficiação de toda a Zona da Ribeira Grande e até agora não temos resposta. Mas de qualquer da forma, não vamos ter uma postura semelhante. Damos um parecer positivo permitindo que o Governo Regional faça uma obra, uma vez que esta beneficia a população.”-----

2 – OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA – Isenção de Taxas:-----

----- - **Teatro Metaphora – Associação de Amigos das Artes:** -

Perante o pedido efetuado pelo Teatro Metaphora – Associação de Amigos das Artes, para a utilização da Praça de Colombo, durante o corrente ano, com isenção do pagamento de taxas municipais, destinado à realização da “Feira do Açúcar”, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar.-----

3 – ACIDENTES NA VIA PÚBLICA/INDEMNIZAÇÕES: - A pedido de

Valério Mardani Macedo Figueira (proc.º 16859/18), a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar, de acordo com a informação da Divisão Jurídica (refª 23/DJF/DJ/2019), o pagamento da indemnização no valor de € 244,00 (duzentos e quarenta e quatro euros), pelos estragos provocados na viatura Renault Megane (matrícula 58-LN-39), devido à queda de um galho de árvore, quando se encontrava estacionada na Rua do Panamá, freguesia de São Martinho.-----

----- - A Câmara deliberou, em função da exposição apresentada por Ana Luisa Nunes Cabral (proc.º 59422/2018) e com base na informação da Divisão de Águas e Saneamento Básico (refª. I-

2018/25301), aprovar, por unanimidade, o pagamento da importância de € 333,98 (trezentos e trinta e três euros e noventa e oito cêntimos), referente aos danos causados na viatura Volvo (matrícula 56-MM-79), provocados por uma tampa da rede de drenagem de águas residuais deslocada, no Caminho dos Saltos, freguesia do Imaculado Coração de Maria.-----

4 - SANEAMENTO BÁSICO/Pagamento de dívida em

Prestações: - Relativamente ao pedido formulado por José Norberto Silva Melim (proc.º 7184/2019) (consumidor nº 435430), para a retificação de faturas e pagamento em prestações do valor em dívida referente ao consumo de água da moradia situada à Rua Dr. Barreto, número trinta e quatro, freguesia de São Martinho, a Câmara deliberou, por unanimidade, tendo por base a informação do respetivo serviço (datada de 25.02.2018), aprovar a referida retificação e o pagamento do valor de € 5.073,99 (cinco mil, setenta e três euros e noventa e nove cêntimos), em 24 (vinte e quatro) prestações mensais e consecutivas.-----

--- - A Vereadora Rubina Leal, do PSD, alertou: “Tem acontecido situações em que munícipes não são notificados e depois quando recebem a fatura, esta apresenta valores elevadíssimos.”-----

--- - O Vice-Presidente, Miguel Gouveia, respondeu: “Criámos desde 2017 um sistema do “bom pagador” que evita entrar na fase da execução. O procedimento é no caso dos munícipes que têm os últimos 12 meses de faturas de água e saneamento básico pagos, deixamos passar um mês, antes de entrarmos logo em fase de

execução fiscal. Daí que não possa haver valores elevados. Os valores elevados só surgem na fase de execução.”-----

--- - A Vereadora Rubina Leal, do PSD, insistiu: “Isso não é feito sempre. Conheço uma pessoa que está com uma penhora por causa do pagamento da água. Isso não está a acontecer em todos os casos.”-----

--- - Retorquindo, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, disse: “Está novamente a colocar em causa os nossos serviços autárquicos.”----

--- - A Vereadora Rubina Leal, do PSD, replicou: “Não estou a colocar em causa os serviços, mas sim os procedimentos.”-----

--- - O Vice-Presidente, Miguel Gouveia, respondeu: “Como a Senhora Vereadora sabe a fatura da água prescreve ao fim de 6 meses e para suspender a prescrição temos que fazer uma execução, mas notificamos sempre as pessoas. Dentro do que a lei nos estabelece, temos criado o possível. Antigamente ia diretamente para execução fiscal.”-----

--- - A Vereadora Rubina Leal, do PSD, insistiu: “Pois eu conheço uma pessoa que não pagou apenas o mês de dezembro, tendo pago janeiro e fevereiro, mas que agora tem uma execução referente ao mês de dezembro, nos termos da qual, uma fatura de 15 euros passou para 30 euros.”-----

--- - O Vice-Presidente, Miguel Gouveia, replicou: “Se essa pessoa tivesse reparado bem nas faturas de janeiro e fevereiro teria visto que estava lá assinalado nas duas faturas, que tinha o mês de dezembro em atraso. No programa do POCAL não conseguimos

emitir faturas com juros de mora. Solicitei à Medidata a possibilidade de emitir uma fatura com juros de mora. Estamos a analisar como será feito.”-----

5 – PROPOSTAS DA VEREAÇÃO:-----

----- - **Proposta de Deliberação do PSD, intitulada “Reforço da segurança rodoviária no entroncamento entre a Rua Cidade**

do Cabo, Rua D. João e a Rampa do D. João: - Foi apresentada pelo PSD, a proposta de deliberação do seguinte teor:-----

---“Considerando que: 1) A segurança dos munícipes deve ser uma preocupação constante de todos os decisores políticos, nomeadamente a garantia de boas condições na rede viária municipal. 2) O entroncamento entre a Rua Cidade do Cabo, Rua D. João e a rampa do D. João, é uma zona com elevada utilização por parte dos funchalenses, tendo em conta que existem 3 escolas na envolvente. 3) Devido ao traçado do entroncamento, observa-se um elevado conjunto de situações que constituem um perigo para a segurança de automobilistas e peões, tais como estacionamento em cima de passeios e linhas amarelas. 4) A população da freguesia do Imaculado Coração de Maria tem manifestado a sua apreensão em relação a esta problemática, relevando a urgência de se encontrar uma solução eficaz. A Câmara Municipal delibera, ao abrigo da alínea qq), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro: a) Proceder à implementação de soluções alternativas, como por exemplo a criação de uma rotunda, garantindo uma maior segurança aos peões e automobilistas que usufruem desta

via”.-----

--- - O Vereador Elias Gouveia, do PSD, alertou para o perigo da situação e para a necessidade de implementar uma medida, como por exemplo uma rotunda, a fim de garantir a segurança do local.--

--- - O Vereador Bruno Martins, da Confiança, questionou: “Senhor Vereador Elias, mesmo que avançássemos com uma rotunda naquele local teríamos que proceder ao abate das árvores que ali estão. Concorda com o abate dessas árvores?”-----

--- - O Vereador Elias Gouveia, do PSD, respondeu afirmativamente.-----

--- - Continuando, o Vereador Bruno Martins, da Confiança, declarou: “Estudámos a vossa sugestão. No entanto, no ponto 3 da vossa proposta de deliberação o problema do local é o desenho do entroncamento que lá está, desde que Vossas Excelências são Vereadores, ou das linhas amarelas?! Para desenharmos a rotunda que Vossas Excelências propõem temos que usar as regras técnicas de dimensionamento em que o diâmetro do círculo inscrito tem que ser superior a 28 metros e o diâmetro da ilha central superior a 4. Portanto, é tecnicamente impossível colocar ali uma rotunda. Teríamos de demolir duas casas. A diferença de cotas a implementar na rotunda representa um declive de 12% sendo que o recomendado não deve chegar aos 3%, o que representa um considerável risco de capotamento. A vossa proposta é inexecutável, e mesmo que não o fosse não resolvia o problema. O que poderia resolver o problema seria, por exemplo, a

Polícia Municipal. Não havendo Polícia Municipal, terá que ser a PSP a fiscalizar os estacionamento indevidos.”-----

--- - A Vereadora Rubina Leal, do PSD, respondeu: “Senhor Vereador, nós apenas fizemos uma sugestão. Cabe aos serviços da Câmara avaliar e apresentar as soluções mais adequadas.”-----

--- - O Vereador Bruno Martins, da Confiança, replicou: “Mas então que solução pretendem? Aquela situação já existe desde o tempo que a Senhora Vereadora estava aqui com o pelouro. O problema ali é principalmente o do estacionamento indevido.”-----

--- - Intervindo, o Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, acrescentou: “A PSP muitas vezes tem apenas um carro e dois agentes para fazer a patrulha de toda a cidade em matéria de trânsito. Daí reconhecer a importância da Polícia Municipal.”-----

--- - A Vereadora Rubina Leal, do PSD, retorquiu: “Mas não serão os munícipes do Funchal a suprir os problemas do Ministério da Administração Interna. Não temos de ter uma Policia Municipal e suportar estes custos para compensar as necessidades do MAI”.-----

--- - Posta à votação, a proposta de deliberação foi rejeitada, com os votos contra da Coligação Confiança.-----

---**Adenda (nº 4 do artigo 11º do Regimento das Reuniões da CMF)**.-----

6 – VOTOS DE PESAR:-----

----- - **Votos de Pesar ao Arcebispo Emérito de Évora D. Maurílio de Gouveia:** - Subscritos, respetivamente, pelo Vice-Presidente, Miguel Gouveia e pelos Vereadores do PSD, foram

apresentados os Votos de Pesar, referente ao falecimento do Arcebispo Emérito D. Maurílio de Gouveia, que abaixo se transcrevem:-----

---“A Câmara Municipal do Funchal vem, por este meio, manifestar as suas profundas condolências e pesar pelo falecimento do Arcebispo Emérito de Évora, D. Maurílio de Gouveia. Vítima de doença prolongada, D. Maurílio de Gouveia, notável figura na Região, eterniza um ilustre legado na Diocese do Funchal, onde iniciou a sua missão pastoral, e a quem a Autarquia expressa enorme gratidão. À família enlutada, dirigimos os mais sinceros pêsames, lembrando o seu contributo ímpar para a cidade do Funchal e que será indubitavelmente perpetuado. D. Maurílio de Gouveia nasceu a 5 de agosto de 1932 na cidade do Funchal, onde ingressou no Seminário Diocesano. A 4 de junho de 1955 vem a receber ordenação sacerdotal, passando a desenvolver o seu ministério presbiteral na diocese madeirense, desempenhando, entre outros cargos, o magistério de professor. Frequentou, de seguida, a Universidade Gregoriana, em Roma, onde completou licenciatura em Teologia Dogmática, regressando, mais tarde, à Ilha da Madeira, onde passou a exercer o ministério pastoral na Paróquia de Machico. Foi ainda nomeado vice-reitor e professor do Seminário do Funchal. Já na Diocese do Funchal, foi assistente de vários movimentos de apostolado, vindo também a exercer funções de diretor do diário diocesano “Jornal da Madeira”. No ano de 1961, D. David de Sousa, então bispo do Funchal, nomeou D.

Maurílio de Gouveia cónego da Sé. Em 1973, é nomeado auxiliar do Patriarcado de Lisboa, pelo Papa Paulo VI e, a 13 de janeiro de 1974, é ordenado bispo na Catedral do Funchal. A 22 de março de 1978, é nomeado arcebispo titular de Mitilene e vigário-geral do Patriarcado, cargo que desempenha até 8 de dezembro de 1981, quando nomeado por João Paulo II para suceder a D. Frei David de Sousa como arcebispo de Évora. A tomada de posse na arquidiocese alentejana sucede a 8 de dezembro de 1981, onde desempenha a missão até 2007. Em 2007, D. Maurílio de Gouveia, atinge os 75 anos, data limite para o cumprimento da missão episcopal segundo a lei canónica. Após apresentar a sua resignação ao cargo de arcebispo de Évora, em 2008, a quem sucede D. José Alves, D. Maurílio volta às suas origens e passa a residir no concelho de Santa Cruz, onde vem a falecer aos 86 anos de idade, no Eremitério de Maria Serena, igualmente em Gaula. Assim, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal do Funchal, aprove um voto de pesar pelo Arcebispo Emérito de Évora, D. Maurílio de Gouveia”.

---“Nascido no Funchal, a 5 de agosto de 1932, o Arcebispo Emérito de Évora, D. Maurílio Gouveia, faleceu no passado dia 19 de março. Um homem com uma fé profunda e inabalável e uma afabilidade inegável, D. Maurílio Gouveia destacou-se na cidade alentejana de Évora, sendo Arcebispo durante 26 anos, após nomeação do Papa João Paulo II em 1981. O magistério da fé que desempenhou assentou sempre na proximidade das pessoas, no

contacto com os mais necessitados. É reconhecido, por todos os quadrantes da sociedade, como um homem com uma assinalável cultura e humanismo, que tornaram a sua ação pastoral um exemplo para aqueles que os seguiram. A ordenação sacerdotal de D. Maurílio Gouveia deu-se no Seminário Diocesano do Funchal, a 4 de junho de 1955. A partir dessa data, passou por diversas nesta diocese, sendo que a 26 de novembro de 1973 foi nomeado pelo papa Paulo VI Bispo Auxiliar do Patriarcado de Lisboa. No ano seguinte, na Sé Catedral do Funchal, mais precisamente no dia 13 de janeiro, foi ordenado bispo. A clarividência demonstrada pelo arcebispo emérito aquando do final da vida foi destacada por várias personalidades como um exemplo de lucidez, de paz interior. A dignidade com que enfrentou esta fase é absolutamente consistente com a clarividência que viveu toda a sua vida. Atendendo ao seu contributo para a sociedade, prestando consolo, ajuda e auxílio às populações que serviu no decurso da sua atividade pastoral, a Câmara Municipal do Funchal aprova um voto de pesar pelo falecimento de D. Maurílio Gouveia”.-----
--- - Colocados à votação, foram aprovados, por unanimidade, os dois Votos de Pesar.-----

7 – ACIDENTES NA VIA PÚBLICA-INDEMNIZAÇÃO: - A pedido de Carla Patrícia Costa Mendonça, a Câmara deliberou, por unanimidade, tendo por base a informação do Departamento de Ambiente (ref^a 0291/DA/SEP/2019), aprovar o pagamento da importância de € 261,14 (duzentos e sessenta e um euros e catorze

cêntimos) pelos danos materiais na viatura “Mercedes Benz” (matrícula 99-PS-96), causados pelo embate de um contentor de cinquenta litros, na Calçada do Pico (junto ao número 79-A), freguesia de São Pedro.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara, Paulo Cafôfo, deu por encerrada a reunião às doze horas e quarenta minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe da Unidade de Democracia Participativa e Cidadania, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 136/2019, publicada nos locais de estilo.